

# Extrativismo e Pandemia na América Latina e Caribe: uma leitura pelas lentes cinematográficas

Extractivism and the Pandemic in Latin America and the Caribbean: an analysis through the cinematic lenses

Larissa Santos

University of British Columbia. Department of Geography.

Gina Alessandra Chabes Allain

Universidade de São Paulo. Instituto de Biociências.

## RESUMO

A luta contra processos extrativistas na América Latina e Caribe tem suas raízes em processos coloniais, que dizimaram diversos povos através da exploração de seus territórios, ocasionando o extermínio de culturas milenares. A atual crise sanitária, econômica e política nos revela que apesar dos impactos de uma pandemia afetar a todos, certos territórios estão mais vulneráveis que outros. Da mesma forma, os impactos do extrativismo não se limitam aos sítios extrativos e áreas subjacentes. Esse artigo busca, a partir da análise de exemplos concretos de extrativismos e resistências, presentes na filmografia

## ABSTRACT

The struggle against extractive processes in Latin America and the Caribbean has its roots in colonial processes, which decimated several peoples by exploiting their territories and exterminating ancient cultures. The current health, economic and political crisis reveals that although the impacts of a pandemic affect everyone, certain territories are more vulnerable than others. Likewise, the effects of extractivism are not limited to extractive sites and underlying areas. This article seeks, based on the analysis of concrete examples of extractivism and resistance, found in the documentary and fictional filmography analyzed, to draw

documental e de ficção analisada, traçar paralelos entre o extrativismo e a pandemia da covid-19, entendendo ambos processos como interconectados, urgentemente atuais e com inevitáveis repercussões futuras. Observamos que a atuação das indústrias extrativas tem um caráter transnacional e conta com forte apoio dos Estados, o que desafia a divisão clássica entre países industrializados e extrativistas. Vemos ainda uma conexão intrínseca entre campo e cidade necessária para viabilizar projetos extrativos, através do processo de urbanização que este acarreta e de agentes que circulam entre espaços de produção e circulação dos recursos extraídos. Finalmente, a partir da análise das táticas de luta contra o extrativismo, refletimos sobre as diferentes formas de resistência a empreendimentos extrativos de grande escala e a redefinição desta luta frente à pandemia.

**PALAVRAS-CHAVE:** extrativismo, covid-19, cinema, América Latina e Caribe.

parallels between extractivism and the covid-19 pandemic, understanding both processes as interconnected, urgent and with inevitable repercussions. We note that the activities of extractive industries have a transnational character and count on solid support from States, which challenges the classic division between industrialized and extractive countries. We also see an intrinsic connection between rural and urban spaces needed to make extractive projects viable through the urbanization process and the presence of agents circulating between production and circulation spaces. Finally, based on the analysis of tactics to resist extraction, we reflect on the different forms of resistance to large-scale extractive projects and the redefinition of this struggle throughout the pandemic.

**KEYWORDS:** extractivism, covid-19, cinema, Latin America and the Caribbean.

## Introdução

Desde 2020, temos vivenciado uma crise de saúde pública sem precedentes, cujo principal impacto tem sido a intensificação de desigualdades sociais previamente existentes. Os impactos epidemiológicos, sociais, culturais e financeiros dessa pandemia atingiram todos os países de alguma forma, constituindo-se como um processo mundial. Porém, apesar da luta contra a atual pandemia ser global, as vivências em torno deste vírus não o são. Na América Latina e Caribe, essas vivências têm se caracterizado por uma intensa desigualdade. O número cumulativo de casos confirmados de covid-19 tem se incrementado exponencialmente na região desde março de 2020 (Johns Hopkins Coronavirus Resource Center, 2021), com destaque para países como o Brasil com mais de 12 milhões de casos confirmados segundo dados mais recentes das secretarias estaduais de saúde (Brasil, 2021). No fim de janeiro de 2021, a América Latina e o Caribe

superaram os 600.000 falecidos por covid-19 (GONZALEZ *et al*, 2021), destacando-se países como o Brasil, México, Colômbia, Argentina e Peru (Voz de América, 2021).

Segundo dados da OMS (Organização Mundial da Saúde), mais de 70.000 indígenas se contagiaram pela covid-19 e mais de 2.000 faleceram até julho de 2020 (CEPAL, 2020). Segundo dados da CEPAL (*Comisión Económica para América Latina y Caribe*) de 2020, na América Latina, indígenas são mais vulneráveis à covid-19 em comparação a não indígenas devido a diferenças em termos de pobreza, acesso à água potável e condições de saneamento básico. Além disso, as condições de vulnerabilidade se incrementam em áreas rurais em comparação com áreas urbanas, de modo que 24% da população rural na América Latina e 47% da população sob níveis extremos de fome e outras necessidades básicas na América Latina e no Caribe se identificam como indígenas. Esta dinâmica define como a

pandemia afeta diferentemente povos indígenas e comunidades tradicionais, bem como espaços urbanos e rurais.

Existe uma dinâmica de poder colonial que perpetua estruturas e processos violentos que afetam diferentemente os grupos sociais e raciais presentes nos territórios latino-americanos e caribenhos. Na história dessa região, diversos povos foram dizimados pela livre circulação de doenças — seja no período da invasão europeia ou durante longos períodos ditatoriais que assolaram a região em diferentes momentos —, ocasionando o extermínio de culturas milenares e se constituindo como verdadeiras armas biológicas (RAQUEL, 2020).

Da mesma forma, o extrativismo, ou a extração de recursos naturais para posterior processamento e exportação, define condições de vida mais precárias para alguns grupos sociais. Este processo se insere dentro de uma lógica global de exploração e mercantilização dos recursos naturais e atinge diferentes

realidades nacionais de variadas formas. No caso da América Latina e Caribe, região historicamente rica em recursos naturais, a comoditização das economias nacionais possibilita a presença de sítios extrativos de diferentes tipos explorados por corporações transnacionais que tiram vantagem da posição marginal desses países na Divisão Internacional do Trabalho e da aquiescência de Estados neoliberais a suas práticas predatórias.

Tanto os processos extrativistas quanto a pandemia da covid-19 afetam diferentemente populações rurais e urbanas, ricas e pobres, indígenas e não indígenas. Porém, se faz necessário entender como esses fenômenos se articulam e pensar alternativas para lidar com esses processos históricos, que impõem novos desafios não apenas às populações imediatamente afetadas por esses empreendimentos, mas para todos que vivemos sob ameaça de fenômenos globais, como as mudanças climáticas e a crescente desigualdade social nos países latino-americanos e

caribenhos. Estes fenômenos se refletem nos altos níveis de pobreza, aumento do trabalho informal, acesso a um sistema precário de saúde, desigualdade de gênero, entre outros (CEPAL, 2021). O nível de desemprego na América Latina, por exemplo, que tinha diminuído em 0,5% entre 2010 e 2014, aumentou para 1,3% entre 2014 e 2019, e teve um aumento adicional de 0,2% do primeiro trimestre 2019 para 2020 no Brasil (CEPAL, 2021; Busso e Messina, 2020).

Nesse sentido, esse artigo busca, a partir da análise de exemplos concretos de extrativismo e resistências presente na filmografia analisada (Figura 1), traçar paralelos entre o extrativismo e a pandemia da covid-19, entendendo ambos os processos como interconectados, urgentemente atuais e com inevitáveis repercussões futuras. Apresentamos alguns caminhos possíveis para superar dicotomias e contradições presentes no debate atual sobre extrativismo na América Latina e Caribe, partindo de exemplos de luta de comunidades tradicionais e povos indígenas contra os impactos dos empreendimentos extrativistas e o avanço da covid-19 em seus territórios. Para tanto, introduzimos o conceito de extrativismo a partir de uma breve revisão bibliográfica sobre como este tem sido tratado na América Latina e quais são seus principais limites. No que segue à revisão, confrontamos os processos de extrativismo com a pandemia através de produções cinematográficas e de uma análise crítica dos impactos da pandemia da covid-19, de modo a destrinchar as conexões entre ambos os processos e destacar possíveis alternativas para a construção de uma luta pandêmica unificada.

## Mapa de filmes: Extrativismo na América Latina e Caribe

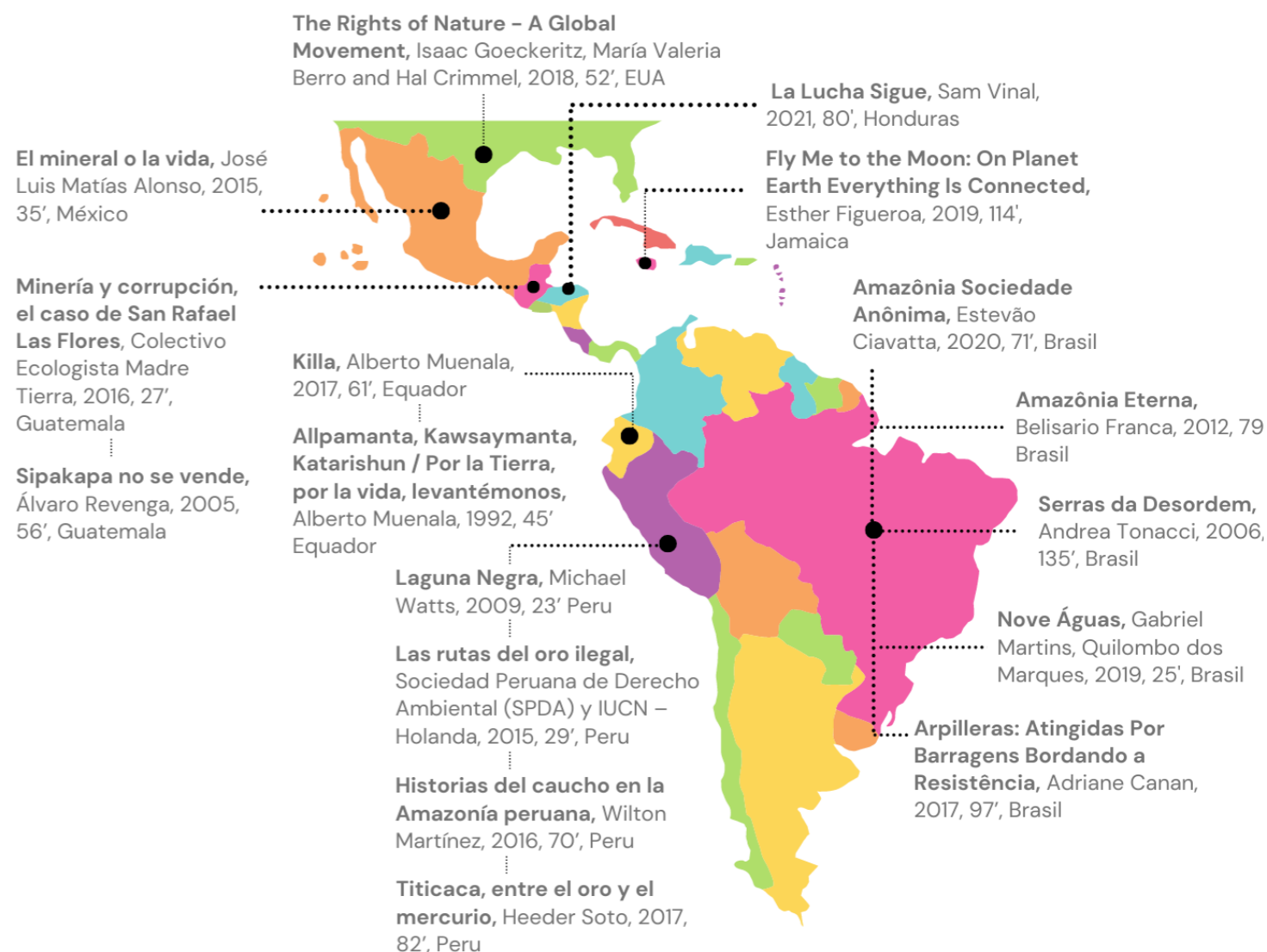


Figura 1. Mapa de filmes: Extrativismo na América Latina e Caribe

Fonte: elaboração das autoras.

## Extrativismo(s) na América Latina e Caribe

A noção de extrativismo começa a se popularizar na América Latina a partir dos anos 1970, para se referir a setores associados à mineração e à extração de petróleo para a exportação. Uma definição geral proposta por Alberto Acosta (2013) afirma que se tratam de “atividades que removem grandes volumes de recursos naturais que não são processados (ou que o são limitadamente), sobretudo para a exportação (...). Há também extrativismo agrário, florestal e inclusive pesqueiro.”. O autor equatoriano considera o extrativismo um modo de produção e acumulação e, nesses termos, ocorre em nossos territórios desde a invasão europeia. Alguns autores ampliam ainda mais o conceito, incluindo megaprojetos de infraestrutura para a produção de energias renováveis (DUNLAP and JAKOBSEN, 2020; FINLEY-BROOK 2019; AGUILAR-STØEN, 2016), bem como projetos de conservação e ecoturismo

(YBARRA, 2017), configurando uma primeira vertente dessa definição: o extrativismo verde. O termo não tardou em se difundir por outras regiões do mundo, onde essas atividades ocupam um papel importante em termos econômicos e têm fortes implicações socioambientais.

O debate em torno do conceito se fortalece entre os anos 2000 e 2014 na América Latina, paralelamente à emergência de governos progressistas ou neodesenvolvimentistas em países como Brasil, Equador, Bolívia e Venezuela. Nessa época, o ciclo de *boom* das *commodities*, também conhecido como reprimarização das economias nacionais, reaviva o debate sobre (neo)extrativismos na região. Sob esse processo, ocorre uma alta no preço de recursos naturais que favorece setores como o agronegócio, com *commodities* como a soja e a cana de açúcar, e a mineração (MARTÍN, 2017).

Desde sua emergência, o conceito tem sofrido modificações e propostas de novas

vertentes. Seja a partir do uso do termo “neo-extrativismo” (GUDYNAS, 2009) ou termos derivados como extrativismo verde, vegetal, mineral e animal, a ideia de extrativismo tem buscado abarcar uma gama cada vez maior de processos, o que pode representar um desafio para sua aplicabilidade. Alguns autores utilizam termos como indústrias extrativas, megaprojetos, além dos já mencionados termos extrativismo e (neo)extrativismo para se referirem a processos similares e interconectados. Aqui temos a primeira de muitas críticas que o conceito recebe: quanto maior a diversidade dentro do fenômeno do extrativismo, maior a perda de potência e capacidade explicativa (MAYER, 2008). Na literatura latino-americana não existe consenso sobre o conceito de extrativismo (MARTÍN, 2017). Gudynas (2009) o define como um trajeto de desenvolvimento baseado na extração de recursos a partir de um metabolismo simplificado orientado pela chamada “maldição holandesa” que condena

os países ricos em recursos naturais à primarização permanente de sua economia. Outros autores consideram o extrativismo um consenso político-econômico-narrativo (SVAMPA, 2014), uma expressão da colonialidade da natureza (ALIMONDA, 2011; MACHADO ARÁOZ, 2015; CAJIGAS, 2007) ou mesmo um processo político de governança (GUDYNAS, 2009). Em suma, há uma diversidade de definições e aproximações que torna difícil apreender o fenômeno extrativista de forma clara.

Além disso, é importante ressaltar que o termo extrativismo também têm sido utilizado para se referir a processos de resistência, por atores que se relacionam de formas sustentáveis com a floresta. Temos dois exemplos icônicos em nossa região, o primeiro no Brasil, com os seringueiros — outrora liderados por personagens históricos de luta como Chico Mendes — que se autodenominam extrativistas e definem as reservas reconhecidas pelo Estado como reservas extrativistas, onde extraem látex através de uma relação de

coexistência e interdependência com a floresta (PORTO GONÇAVES, 2015). Um segundo exemplo, no México, são os chamados “campesíndios” (camponeses indígenas ou em terras indígenas) (BARTRA, 2008) que resistem ao avanço do “extrativismo” e afirmam a necessidade de horizontes positivos para desenhar futuros alternativos (CONCHEIRO, 2015), sugerindo que conceitos academicistas, eurocêntricos e urbanos, como o de extrativismo, servem apenas para nomear algo ao qual devemos dizer “não”. O autor mexicano sugere que a recusa desses povos ao conceito de extrativismo vem acompanhada de uma demanda por categorias construtivas e um projeto de vida ao qual devemos dizer “sim”. Existe uma rica filmografia documental e de ficção que nos aproxima a diferentes casos nos quais indústrias extrativas têm atuado com impactos devastadores e gerado variadas formas de resistência que têm muito a ensinar sobre o que de fato constituem esses processos

de despossessão, suas implicações espaciais e, mais importante, como lidar com os desafios que estes nos impõem. Essas narrativas fílmicas, nunca isentas de parcialidade e intencionalidades, nos possibilitam um contato diferenciado com o conceito e alimentam nossa reflexão sobre um processo centenário e que vem adquirindo novas nuances na região. Nossa análise se divide em três eixos. Inicialmente, trazemos uma discussão geopolítica de como as indústrias extrativas atuam internacionalmente, a fim de superar a dicotomia entre países industrializados e países extrativistas. Propomos ainda uma compreensão do Estado em sua complexidade, ora respaldando projetos de morte, ora viabilizando alternativas à resistência. Em um segundo momento, analisamos os pares dialéticos campo-cidade e espaços de produção-espços de consumo. Discutimos como os processos extrativistas impactam de forma relacional esses espaços, evidenciando a

importância de uma luta que congregue campo e cidade lado a lado. Encerramos nossa reflexão com uma descrição de diversas táticas de resistência ao extrativismo observadas nas diferentes produções cinematográficas analisadas. Esta reflexão origina uma proposta de categorização dessas táticas de resistência, cuja finalidade é apresentar de maneira mais clara algumas das diversas práticas que têm sido utilizadas por diferentes movimentos sociais observadas na filmografia. Mais que uma tipologia, a proposta dessa seção é inspirar outras análises cujo objetivo seja produzir reflexões úteis a uma resistência cada vez mais articulada, estratégica e vitoriosa.

### **1. Geopolítica do extrativismo: muito além de vítimas e vilões**

Para compreender as implicações espaciais do extrativismo é necessário superar análises “baseadas na dicotomia entre sociedades dependentes de recursos naturais e sociedades

industrializadas” (MARTÍN, 2017, p.15). Afirmar, por exemplo, que o Peru ou a Bolívia são países extrativistas por estarem entre os primeiros produtores de ouro da América do Sul, enquanto que a Suíça, EUA e países asiáticos, cujos sistemas financeiros dependem dessa extração, não pertencem a essa categoria, desconsidera a inserção dessas atividades em um sistema-mundo que determina os ritmos, usos e até mesmo a tecnologia que utilizam essas cadeias de valor extrativas (MACHADO ARAÓZ, 2015), como podemos observar no documentário *Las Rutas del Oro Ilegal* (2015). Além de evidenciar a conexão entre países produtores e consumidores de ouro, o longa mostra a existência de diversos atores para além do Estado nessa cadeia de valor — companhias mineradoras, garimpeiros, empresas exportadoras, contrabandistas, empresários do garimpo, além de diversas outras atividades econômicas indiretamente conectadas a este setor. Essa multiplicidade de atores desafia as

noções territoriais modernas nas quais um Estado monolítico e transparente é o principal referencial da análise.

A ilegalidade integra e estrutura a economia política extrativista em diferentes pontos, e não determina uma falta de estruturação desta cadeia internacional. As atividades extrativas não ocorrem isoladamente, restritas aos sítios de extração, já que as matérias-primas alimentam indústrias que muitas vezes sequer se encontram no país onde a extração ocorre. Portanto, esta cadeia que se inicia na extração é composta de diversos pontos territorialmente dispersos, mas economicamente conectados. No caso do ouro, onde os pólos de extração encontram-se no Peru e na Bolívia, enquanto que os de comercialização se encontram inicialmente em fronteiras como Bolívia-Brasil e Brasil-Colômbia ou em grandes centros urbanos sul-americanos, antes de chegarem aos portos e finalmente às mãos dos compradores europeus, asiáticos e estadunidenses.

Assim como o extrativismo, a pandemia da covid-19 desafia a dicotomia entre vítimas e vetores, bem como entre territórios vulneráveis e imunizados. Temos observado como comunidades indígenas (como a Yanomami, no Brasil) são particularmente permeáveis ao garimpo ilegal, que além de extrair recursos também atua como vetor da covid-19 (assim como a malária, doenças sexualmente transmissíveis e outras) e suas implicações devastadoras em termos sanitários, ambientais e culturais (RAQUEL, 2020; CASTRO, 2021; GARGIA, 2020). Esse exemplo ilustra como os vários atores envolvidos em diferentes atividades extrativas impactam comunidades locais seguindo dinâmicas internacionais, que chegam a estes territórios com a finalidade de viabilizar uma cadeia de relações econômicas que respondem a demandas transnacionais. Fronteiras são metáforas potentes de conquista e violência (HISTÓRIAS..., 2016) e figuram como espaços representativos da complexidade das indústrias extrativas

nos territórios latino-americanos e caribenhos. Em *Las rutas del oro ilegal* (2015) vemos a precariedade da vida nas fronteiras e a importância da “falta de fiscalização” para o sucesso dessa cadeia global de valor, que degrada a região e as condições de vida de quem habita essas áreas onde a autoridade suprema do Estado (ou Estados) é ainda mais questionável. A ausência do Estado facilita a expansão da ilegalidade, representada por atores informais que por sua vez não correspondem à categoria de “vilões”, haja vista suas degradantes condições de trabalho. A “ausência” ou permissividade do Estado possibilita a atuação de outros atores importantes em diferentes cadeias produtivas de exploração de recursos naturais. Em *Titicaca, entre el oro y el mercurio* (2017), vemos cenários como uma feira binacional peruana-boliviana onde o ouro ilegal é comercializado, sítios de exploração ilegal cercados por prostíbulos onde trabalham menores de idade e outros espaços de morte onde

o Estado não está presente, seja com a falta de forças de segurança pública ou na ausência de dispositivos de gestão territorial. Dessa forma, o filme mostra como esses espaços de barbárie estão diretamente ligados às relojoarias suíças e aos bancos que estocam em seus sótãos esse ouro manchado de sangue. Em contrapartida, observamos em *Amazônia Eterna* (2012) que o mesmo Estado que financia a cultura das pastagens na Amazônia — setor chave, que abre caminho para outras indústrias extrativistas, como a madeireira, mineral e agrícola — é o que demarca áreas de proteção ambiental e delimita reservas de desenvolvimento sustentável. Essas demarcações têm enfrentado desafios importantes com o avanço da pandemia da covid-19, a partir de instruções normativas inconstitucionais que abrem espaço para que fazendeiros e outros empreendedores atuem em territórios tradicionais (VICK, 2021a). A dificuldade de demarcação bem como o avanço dos garimpeiros são processos em curso

desde antes da pandemia, encorajados pelo atual governo (CASTRO, 2021), e reforça a hipótese de que a pandemia exacerbou desigualdades e violências pré-existentes.

Atualmente, o tema da demarcação das terras indígenas emerge com mais força, visto que a imunização prioritária contra a covid-19 no Brasil foi restringida aos chamados “indígenas aldeados”, isto é “aqueles que vivem em terras indígenas demarcadas e hoje são atendidos pela secretaria de saúde indígena do Ministério da Saúde” (VICK, 2021b). Essa denominação, além de nos remeter ao período da ditadura militar, “onde o governo pretende definir de forma arbitrária quem é e quem não é índio” (CIMI apud VICK 2021b), exclui mais da metade dos indígenas do país que vivem em áreas urbanas e rurais não reconhecidas pela governo. No Brasil, o direito à autoidentificação garante que grupos tradicionais reclamem e afirmem sua identidade, apesar de, em muitos casos, esse direito não ser reconhecido,

como vemos no filme *Nove Águas* (2019), em que uma antropóloga que trabalha para uma empresa de energia hidrelétrica vai a campo “confirmar” se uma comunidade no nordeste de Minas Gerais é de fato quilombola.

Na América Latina e Caribe, as estruturas de governo e os “regimes de soberania” (AGNEW, 1994) são complexos, com territorialidades sobrepostas, dinâmicas e fruto de processos históricos coloniais permeados por contradições (AGNEW e OSLENDER, 2010). Nos diversos empreendimentos extrativistas presentes na região, o Estado atua em conjunto com companhias transnacionais que violam uma série de direitos fundamentais, como nos mostra *El Mineral o la Vida* (2015) no caso de Guerrero, México; *Laguna Negra* (2009) sobre a mineração no norte do Peru; e *Minería y corrupción, el caso de San Rafael Las Flores* (2016), sobre a mineração de prata na Guatemala, utilizando um discurso de progresso e desenvolvimento para justificar processos violentos de

extração, criminalização e perseguição à resistência.

Em *Arpilleras: Atingidas por Barragens Bordando a Resistência* (2017) observamos exemplos de barragens hidrelétricas construídas para abastecer a demanda energética de outros países ou indústrias em detrimento das comunidades diretamente afetadas pela construção desses empreendimentos. No documentário *Titicaca, entre el oro y el mercurio* (2017) temos ainda outro exemplo, de uma usina termelétrica de carvão construída na Alemanha para abastecer a indústria farmacêutica Bayer, com implicações devastadoras para a qualidade atmosférica e condições de saúde da população da Renânia e territórios adjacentes. Aqui podemos observar que as diferenças entre os empreendimentos cujas fontes de energia são renováveis (hidrelétricas) e não renováveis (termelétrica) não são tão significativas quando analisamos os impactos territoriais às comunidades afetadas.

Outro exemplo de cadeia produtiva extremamente internacionalizada é a indústria do alumínio e particularmente o complexo militar industrial que este alimenta, analisados no documentário *Fly Me to the Moon: On Planet Earth Everything Is Connected* (2019). A exploração da bauxita na Jamaica é completamente voltada à exportação e seu processamento pode se dar em diferentes países, como Austrália, Islândia ou EUA, territórios que têm um papel determinante para essa indústria. No longa, a partir de propagandas que circulavam nos EUA entre os anos 1970 e 1980, vemos que o alumínio simbolizava o metal do futuro, o avanço tecnológico e a proximidade da humanidade à conquista do mundo em um período de guerra, a saber, a Guerra do Vietnã e a iminência de uma guerra mundial, no contexto de bipolaridade entre EUA e União Soviética. No entanto, os mais prejudicados nesse processo de extração são os férteis solos jamaicanos e as comunidades que outrora subsistiam

deles, agora inviabilizados à agricultura praticada pelas comunidades locais, que arcam com os maiores custos desse processo.

É importante reconhecermos que os países subdesenvolvidos ocupam uma posição marginal na Divisão Internacional do Trabalho e que sua riqueza em recursos naturais por vezes se manifesta condenando permanentemente suas economias nacionais à primarização. Conforme afirma Eduardo Galeano em *Veias Abertas da América Latina* (2008), citado na abertura do documentário guatemalteco *Sipakapa no se vende* (2005),

La historia del subdesarrollo de América Latina integra la historia del desarrollo del capitalismo mundial. Nuestra derrota estuvo siempre implícita en la victoria ajena; nuestra riqueza ha generado siempre nuestra pobreza para alimentar la prosperidad de otros: los imperios y sus caporales nativos. En la alquimia colonial y neocolonial, el oro se transfigura en chatarra, los alimentos se convierten en

veneno.

Em diferentes períodos históricos, essa riqueza se manifestou como uma fonte de dependência e controle geopolítico por parte de superpotências. Um exemplo disso está em *Fly me to the Moon* (2019), onde vemos que a Jamaica teve um primeiro ministro que levantava pautas redistributivas nos anos 1970, que recebeu a solidariedade de Cuba em plena Guerra Fria. Isso levou os EUA a apoiarem a oposição a seu governo, estabelecendo operações da CIA na ilha entre 1976 e 1980, a exemplo do que ocorreu no Chile nesse período. Assim, a forma de garantir o alinhamento e subordinação da Jamaica aos Estados Unidos foi a partir do estabelecimento de atividades econômicas, a saber, extração de bauxita que passa a alimentar o chamado complexo industrial militar do alumínio.

Porém, devemos nos afastar da narrativa linear que coloca esses Estados na condição de vítimas condenadas à economias nacionais primárias ou de

vilões que apoiam incondicionalmente projetos extrativistas conduzidos por corporações transnacionais. Retratar o Estado como vítima de empresas transnacionais privadas interessadas em drenar nossas riquezas naturais o isenta de sua participação fundamental para a execução desses projetos, além de “contribuir para uma pacificação das populações pobres urbanas que funciona em paralelo à uma tendência de vitimização as populações pobres rurais afetadas” (MEZZADRA e GAGO, 2015, p. 41, trad. livre). Por outro lado, demonizar os Estados pode nos levar a perder possibilidades de alternativas construtivas, já que dentro destas esferas de poder encontramos uma estrutura conflitiva por natureza, permeada por disputas internas nas quais a resistência pode garantir seu espaço.

Nos anos 1990, essa disputa pelo Estado ganha visibilidade na região com a luta capitaneada por diversos movimentos indígenas pela construção de Estados plurinacionais, que reconheçam a

diversidade dos povos tradicionais, bem como seus direitos. O filme *Allpamanta, Kawsaymanta, Katarishun / Por la Tierra, por la vida, levantémonos* (1992) mostra a luta por uma “reencontro dos equatorianos”, também observada na Bolívia, rumo a uma alternativa institucional de luta por direitos e abertura ao diálogo com esses povos.

Por outro lado, obras como *Killa* (2019), do mesmo diretor, questionam a viabilidade desse diálogo, já que os interesses e o jogo de forças dos diferentes atores envolvidos no conflito extrativista, como é o caso da mineração no Equador e em outros países da região, são profundamente desiguais. Atualmente, a mineração têm avançado em territórios tradicionais a despeito da pandemia (SUDRÉ, 2020a e 2020b), e temos constatado que os impactos da pandemia têm se expandido com maior rapidez em territórios com empreendimentos mineiros, a consequência da decisão estatal de considerar a mineração como atividade essencial, permitindo assim a



não-paralisação da atividade. No Brasil, por exemplo, o Ministério de Minas e Energia considerou a mineração como atividade econômica essencial desde o início da pandemia (RAQUEL, 2020).

Outro exemplo de disputas institucionais são as chamadas “constituições da natureza”, abordadas pelo filme *The Rights of Nature: a Global Movement* (2018). Nesse documentário, a representação da natureza como entidade jurídica provida de direitos exige uma compreensão de que, apesar do Estado apoiar projetos de morte, sua função é viabilizar a vida e o bem estar de seus cidadãos, reconhecendo que é possível tirar vantagem dessa estrutura complexa e conflitiva no interior dos Estados.

A falta de uma visão sistêmica e integrada dos processos extrativistas, que são essencialmente transnacionais, reflete-se em uma vitimização das populações rurais em países onde esses processos de extração ocorrem, como se estas fossem as únicas perdedoras do extrativismo.

Seu sofrimento, neste caso, é retratado como uma espécie de efeito colateral do desenvolvimento, cujos ganhos excedem quaisquer perdas que grupos historicamente marginalizados possam alegar. A dicotomia entre campo e cidade como perdedores e ganhadores do extrativismo é mais uma redução perigosa que deriva dessa armadilha territorial que coloca países ricos e pobres em lados opostos da análise. Na próxima seção seguiremos refletindo sobre a condição integrada dos espaços de produção e consumo, rurais e urbanos, e de diferentes setores da economia, que não são imediatamente correlacionados com indústrias extrativas, apesar de estarem intrinsecamente conectados e impactados pelo extrativismo na América Latina e Caribe.

## **2. Campo e cidade entrelaçados sob um panorama desafiador**

O extrativismo se baseia na inter-relação entre espaços de produção e de consumo através de uma cadeia que integra as

escalas transnacional, nacional e local. Em teoria, a divisão de funções entre espaços urbanos e rurais é clara, mas na prática essa fronteira é tênue. Fazemos uma primeira análise desta relação a partir do filme *Serras da Desordem* (2006), onde o Carapirú, um indígena que fugiu da sua aldeia devido à invasão de fazendeiros e madeireiros, volta para a sua aldeia com ajuda de pesquisadores da FUNAI (Fundação Nacional do Índio). Ao voltar para a comunidade, ele vê que vários elementos, anteriormente alheios à vida dos indígenas, agora fazem parte de seu dia a dia: roupas, brinquedos, artefatos domésticos, entre outros. A intervenção dos pesquisadores, que agem como facilitadores do retorno do Carapirú para o território do qual ele foi afastado há muitos anos, assim como o uso cotidiano de objetos vindos da cidade na aldeia, retrata a intrínseca conexão campo-cidade. Processos históricos da expansão do extrativismo ressignificam as relações econômicas e sociais de povos indígenas e comunidades tradicionais

sem necessariamente desconstruir a territorialidade histórica desses espaços. A profissão do garimpo é muito representativa da dinâmica intrínseca entre campo e cidade, já que os garimpeiros são agentes que articulam uma cadeia de comunicação entre o campo e a cidade, ao trabalharem na extração de recursos mineiros e transportá-los para serem comercializados em grandes centros urbanos. Essa cadeia de extração e comercialização do ouro é evidenciada no filme *Las Rutas del Oro Illegal* (2015), em que os garimpeiros representam a informalidade da extração mineira, muitas vezes em condições precárias de trabalho. O garimpo ilegal se sustenta por diferentes legislações na América Latina, cada país com as suas particularidades, de modo que no Brasil as disposições para a permissão da lavra garimpeira se encontram em constante mudança, enquanto no Peru luta-se pela formalização da profissão do garimpo e uma definição mais clara de usos da terra para a mineração (VALENCIA, 2015).

Dessa forma, territórios de extração de ouro geralmente são locais de ausência de legislação.

O avanço ilegal do extrativismo criou conflitos pelo direito à terra, com a chegada de garimpeiros informais que trabalham para grandes corporações mineradoras. Estas empresas atuam há muitos anos em territórios onde vivem famílias que passaram a se dedicar à profissão do garimpo desde a chegada dessa atividade à região. Observamos este cenário de conflito em *Las rutas del Oro Ilegal* (2015) e *Amazônia Sociedade Anônima* (2020), através da invasão das terras indígenas e de comunidades rurais por garimpeiros. Por meio da ocupação ilegal dessas terras, os garimpeiros personificam uma ponte urbano-rural também na transmissão do vírus da covid-19, como no caso das Terras Yanomami (CASTRO, 2021; RAQUEL, 2020). Desta forma, a continuidade da atividade do garimpo em época de pandemia intensifica o contágio por covid-19 em territórios indígenas

(Direitos Humanos no Brasil, 2020).

Mesmo que o garimpeiro seja muitas vezes interpretado como o vilão da história, ele é fruto do impacto do extrativismo no ecossistema e economia locais. O trabalho no garimpo é para muitos uma alternativa, já que a degradação do solo e da água, bem como a pressão econômica que grandes empreendimentos extrativistas exercem nas comunidades, obrigam os atores locais a participarem desta atividade financeira em alta demanda por mão de obra precarizada. Quem trabalha com garimpo tem consciência de que o uso do mercúrio causa grandes impactos ao meio ambiente, à saúde da população e à sua própria saúde. Porém, por não haver outras oportunidades de trabalho, esta é a única solução que encontram, buscando em alguns casos educar as futuras gerações para que tenham outras alternativas (VALENCIA, 2015; VEIGA *et al*, 2002).

O vínculo entre cidade e campo é também retratado quando comunidades

locais se deslocam para o cenário urbano para defender seus territórios. Através das manifestações, estas comunidades buscam participar de processos decisórios sobre os empreendimentos extrativistas que impactam seus territórios, para exercer seu direito de opinião e defesa dos mesmos. *El mineral o la vida* (2015) conta a história da luta de povos originários na província de Guerrero, México, denunciando a falta de comunicação com entidades do governo sobre a chegada de grandes empreendimentos mineiros, e com eles uma economia transgressora de direitos fundamentais. Assim também, *Fly me to the Moon* (2019) denuncia a falta de diálogo e o descaso governamental em prover atendimento em saúde para comunidades anexas aos locais de extração de bauxita.

A relação urbano-rural que fundamenta o extrativismo ultrapassa a presença física de indivíduos que transitam entre um espaço e o outro. O processo de urbanização estende-se fora dos limites

da cidade, colocando em destaque a influência do campo e a marcante conectividade entre campo e cidade, ampliando a luta por justiça social de modo a incluir elementos de realidades diferentes que dialogam entre si (SOJA, 2010). No documentário *Amazônia eterna* (2012), vemos por exemplo que a madeira extraída e comprada ilegalmente na Amazônia é utilizada em andaimes para a construção civil nas cidades. Este uso insustentável e irracional da madeira contrapõe-se às iniciativas de manejo sustentável dos recursos madeireiros que beneficiam a população local e promovem parcerias econômicas. Desta forma, o filme traz alternativas de ressignificação do extrativismo através da transformação deste processo pelo manejo sustentável como instrumento que estimula a cooperação entre setores.

Um desdobramento de projetos extrativos no campo é a migração de povos indígenas e comunidades tradicionais para as cidades. O filme

*Historia del Caucho en la Amazonía Peruana* (2016) relata a história de povos indígenas que migraram para a capital por conta exploração da borracha na Amazônia peruana e do conseqüente maltrato contra essas famílias. Também no filme *Arpilleras* (2017), as comunidades afetadas por diversas barragens deslocaram-se para centros urbanos distantes de seus locais de origem como conseqüência da atividade do extrativismo.

Porém, mesmo afastados de suas terras, há uma conexão territorial intrínseca entre as comunidades impactadas e o espaço onde viviam. No longa-metragem *Killa* (2017), o personagem do pai de Alicia, jornalista protagonista, é um funcionário do governo que age como facilitador de empreendimentos mineiros em território indígena no Equador. Ele representa uma figura de poder e descaso com os possíveis impactos locais do empreendimento. Após perder o respeito de sua filha e ser desmascarado como corrupto, ele se

comunica com o dirigente indígena que representa os interesses da comunidade em espanhol, apesar de tanto ele quanto o dirigente falarem a mesma língua indígena. Apesar de agir indiferente à comunidade indígena, este personagem apresenta uma conexão importante com aquele território. Da mesma forma, quando Carapirú volta para sua aldeia (SERRAS..., 2006), ele é recebido fraternalmente pelos indígenas, demonstrando que a conexão entre eles não mudou ao longo dos anos. Estes são exemplos de como a conexão entre cultura, comunidade e o território de origem não se perdem apesar dos possíveis impactos do extrativismo nas comunidades.

De forma semelhante à relação cidade requerida pelos processos extrativistas, a conexão entre espaços urbano-rural torna-se ainda mais evidente com a transmissão da covid-19. Mondardo (2020) retrata o primeiro caso de contágio de uma indígena no Mato Grosso do Sul, sintomático de

uma sociedade desigual: uma mulher indígena de 35 anos, moradora da aldeia Bororó, em Dourados, Goiás, que trabalha em um frigorífico, foi o primeiro caso confirmado. Os dez primeiros casos de contaminação pela covid-19 na Reserva Indígena de Dourados foram provenientes da exploração de trabalhadores indígenas na cidade, que agiram como vetores de transmissão para o resto da aldeia. Segundo Mariana Vick (2021a), a prevalência da covid-19 entre a população indígena urbana é de 5,4%, cinco vezes maior que na população não indígena (1,1%). Dessa forma, a transmissão da doença é potencializada pela interação entre espaços urbanos e rurais.

O extrativismo e seu discurso de progresso ressaltam os benefícios destes para a economia nacional, mas têm causado impactos negativos em diversas regiões. Os impactos para a economia local são vários e demonstram uma importante conexão entre diferentes setores econômicos, que

sob uma análise tradicional, não seriam considerados como parte da cadeia de produção e consumo extrativista. No filme *Fly me to the Moon* (2019), os resíduos tóxicos e a erosão do solo afetam a qualidade da água e do ar, interferindo nas atividades econômicas locais de comércio e agricultura. Em *The Rights of Nature: A Global Movement* (2018), a população Tuhoé tem seu principal sustento no Rio Whanganui. O rio, antigamente considerado um atrativo turístico da região, encontra-se agora poluído em decorrência da mineração. Por conta da erosão do solo, do desmatamento e do deslocamento da comunidade que vivia neste território, a população Tuhoé perdeu seu principal sustento econômico. A história se repete no território brasileiro. Segundo Sudré (2021a), a liberação da mineração em território Yanomami pode aumentar em mais de 20% o impacto da atividade na região amazônica e gerar perdas de até 5 bilhões de dólares em serviços ecossistêmicos, como regulação de

chuvas e produção de alimentos. Tal como o agronegócio avança na região dos Yanomami em busca de terras para expandir os cultivos de soja e milho, a mineração avança no subsolo devido à presença de uma grande quantidade de minerais raros.

Além de causar impactos à economia, o extrativismo traz impactos culturais e sociais ao cotidiano das comunidades locais. O filme *Titicaca entre el oro y el mercurio* (2017) denuncia o abandono nas fronteiras e nos centros urbanos próximos aos locais de mineração e comércio aurífero. La Rinconada, uma cidade próxima à fronteira Peru-Bolívia, é um local abandonado símbolo dessa degradação, onde a figura do Estado não existe. Além de impor a mineração como única fonte de trabalho para o sustento econômico de quem ali vive, no local ocorre tráfico de pessoas, sobretudo mulheres, levadas ilegalmente para lugares de prostituição clandestina. O alcoolismo e a insalubridade imperam nos bares e prostíbulos que servem de

entretenimento aos garimpeiros que ali atuam, desafiando as condições básicas de saúde e sobrevivência. De forma semelhante, o filme *Las rutas del oro ilegal* (2015) denuncia cenários de prostituição infantil e o tráfico de pessoas em centros urbanos criados em função da presença de garimpeiros ilegais na região de extração de ouro.

No documentário *Fly me to the Moon* (2019), a extração de bauxita gera problemas respiratórios nas comunidades do entorno e se prevê que em algum momento vão alcançar os centros urbanos mais afastados e afetar também a saúde da população urbana. Em *Arpilleras* (2017), os deslocamentos forçados geraram o isolamento de vizinhos, insegurança, roubos, estupros e caos urbano, além da dificuldade em conseguir emprego nestes novos territórios. Observamos que as consequências do extrativismo são múltiplas e causam impactos na saúde pública, a nível financeiro e sociocultural. Segundo Bárcena (2018), a América

Latina e o Caribe são regiões onde o investimento estrangeiro em mineração tem aumentado nos últimos anos, precisamente entre 2003 a 2017, e se prevê que continue aumentando devido à expansão da mineração de cobre no Chile e no Peru. É nestes territórios também que os conflitos mineiros representam uma porcentagem alta do total de conflitos socioambientais na região, destacando países como Argentina, Peru e Chile. De acordo com uma análise recente do Atlas de Justiça Ambiental (SCHEIDEL *et al*, 2020), o setor de mineração é responsável por 21% dos conflitos ambientais mapeados pelo projeto ao redor do mundo.

Umadasperdasmaissignificativas,muitas vezes negligenciada pela dificuldade de mensurar seu impacto, são as chamadas perdas culturais. A morte de um membro de alguma comunidade tradicional ou de uma tradição culturalmente enraizada causa uma fratura histórica a nível emocional e simboliza uma derrota por vezes irreversível dentro da luta desses

povos. Vemos relatos impactantes de mulheres que perderam seus familiares por causa do desabamento das barragens: “choramos pela comunidade, pelas amizades, pela vida que sumiu” (ARPILLERAS..., 2017). Para estas famílias, a perda não é apenas física, mas simbólica, já que as lembranças atreladas ao território ficarão apenas na memória coletiva de quem ali viveu.

Ao se afastar do território, há uma quebra da tradição de viver e morrer no lugar de origem da ideia de que “pássaro velho morre no mesmo lugar” (ARPILLERAS..., 2017). O filme *Historia del Caucho en la Amazonía Peruana* (2016) relata o desapego territorial das famílias que trabalhavam na região na época do *boom* da borracha. Agora vivem em outra realidade, em que não enxergam mais a possibilidade de construir um futuro na terra onde cresceram. Em *Fly me to the Moon* (2019), o agricultor Ras Jah T, um dos membros da comunidade que vivia no território onde agora ocorre exploração de bauxita, comenta sobre a

dificuldade de se localizar no território:

Nós trabalhamos nesta terra desde 1972, e agora não sei onde estamos por causa de todas as mudanças. Não saberia dizer aonde pertence este pedaço de terra, e eu estava acostumado a esta região. Sei que estamos na Terra, mas não sei dizer o que costumava ter neste local porque não o reconheço mais (trad. livre).

Os povos indígenas sofrem também perdas inestimáveis em decorrência da covid-19. Em 18 de fevereiro de 2021, o cacique Aruká Juma, de 86 anos, o último homem indígena da etnia Juma do estado do Amazonas, Brasil, faleceu em decorrência da covid-19 (GAMA, 2021). A família do cacique, composta por 17 integrantes, é a última sobrevivente da etnia. Dados mais recentes compilados pelo Comitê Nacional de Vida e Memória Indígena com apoio da APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) confirmam mais de 51.000 casos e um total de 1030 indígenas mortos por covid-19 até 3 de abril de 2021, um número difícil de estimar tendo em vista os crescentes

casos e fatalidades no Brasil (ISA, 2021).

Assim, a covid-19 traz grandes perdas para estas comunidades ameaçando sua estrutura e legado histórico e cultural.

Através de uma análise dos paralelos existentes entre o campo e a cidade sob o olhar do extrativismo, vemos que existe uma dinâmica inseparável entre ambos espaços. A ligação entre ambientes urbanos e rurais se vê representada por agentes que atuam em ambos territórios, no deslocamento de comunidades tradicionais para centros urbanos em defesa dos seus direitos, e na presença de elementos rurais no processo de urbanização de cidades. Esta correlação tem diversas consequências para as comunidades locais, como exílio do território urbano, prejuízos para a economia rural, precarização do sistema de saúde pública, entre outros impactos sociais e culturais.

Observamos que existe uma conexão entre espaços urbano e rural que se manifesta entre outras formas na modificação dos aspectos físicos dessas

paisagens, apesar de não serem sítios diretos de extração. O extrativismo traz perdas imensuráveis para os territórios locais e a população que neles vivem. Mas frente às perdas, há como se reerguer e construir coletivamente estratégias de resistência. Na próxima seção, veremos como estes povos e comunidades locais têm lutado frente aos impactos do extrativismo em seus territórios, se articulando em diversas frentes para combater de forma organizada as injustiças trazidas pela lógica transnacional do extrativismo em detrimento do desaparecimento destas comunidades.

### **3. Resistências ao extrativismo na América Latina e Caribe**

Uma das principais críticas ao conceito de extrativismo é o fato de que este serve muito bem para caracterizar projetos de morte que têm impactos devastadores sobre povos e ecossistemas inteiros, mas serve pouco para pensar em alternativas e respostas inovadoras e

potentes. O que observamos, porém, é que diversas táticas de resistência e alternativas ao extrativismo têm sido utilizadas para contrapor o extrativismo. Nunca isoladamente, essas táticas têm fortalecido a luta de diversos grupos atingidos pelos efeitos mais devastadores dos projetos extrativistas. Cada uma com suas vantagens e limites, essas práticas constituem um panorama diverso que tem muito a nos ensinar e inspirar.

A partir da filmografia analisada, chegou-se a uma diversidade de práticas que, com fins explicativos, podem ser agrupadas em cinco categorias: práticas de gestão territorial, jurídico-institucionais, corpos na rua, artísticas e culturais, e de informação e libertação. Entendemos que existem diversas práticas transversais, que podem ser classificadas em mais de uma categoria, porém, para visibilizar essas práticas de modo mais didático, a descreveremos dentro dessa classificação.



Figura 2. Práticas de resistência ao extrativismo na América Latina e Caribe

Fonte: elaboração das autoras.

### a. Gestão territorial

A gestão territorial, muitas vezes conduzida por comunidades locais, é um exemplo de resistência contra a invasão de territórios para extração de recursos. O documentário *Amazônia Sociedade Anônima* (2020) traz um exemplo emblemático de autodemarcação da Aldeia Sawré Muybu ao longo do rio Tapajós liderada pelo Cacique Juarez Saw Munduruku, frente a ausência de uma demarcação por parte do Estado. Esse processo colaborativo ocorre em oposição ao avanço da construção de uma barragem hidrelétrica na bacia do Rio Tapajós, bem como o avanço da grilagem e desmatamento ilegal. A pandemia do covid-19 também tem exigido a gestão colaborativa do território a fim de conter o avanço do vírus, haja vista a ausência de uma resposta efetiva do governo federal. Temos como exemplo os Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul, que têm criado barreiras sanitárias para a contenção territorial da doença (MONDARDO, 2020).

Em Honduras, as comunidades garífunas criaram dezenas de centros de cuidado a covid-19 para atender a população local, a fim de evitar o traslado a hospitais, o que, segundo a ativista ambiental Miriam Miranda, seria sinônimo de morte, tendo em vista o colapso do sistema de saúde hondurenho. Nestes centros, a medicina tradicional atua de forma complementar e preventiva no fortalecimento do sistema imunológico da população, contando com medidas de apoio, como a confecção e distribuição de máscaras pelas mulheres da Organização Fraternal Negra Hondurenha (OFRANEH) (MIRANDA, 2021).

Além da demarcação, a gestão sustentável do território é apontada no documentário *Amazônia Eterna* (2012) como a principal saída para salvar a Amazônia, tornando a floresta produtiva a partir de processos de inclusão e integração social. Seja a partir de Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDSs), da demarcação de Áreas de Proteção Ambiental (APAs),

da criação de sistemas agroflorestais, que mesclam cultivos agrícolas e florestais, vemos que diversos coletivos, organizações não governamentais e cooperativas realizam manejo florestal na Amazônia. A série *Amazônia S/A (Sociedade Anônima)* (2015) mostra ainda alternativas interessantes de tecnologias sociais que fazem uso dos conhecimentos tradicionais para o manejo sustentável da floresta.

Um exemplo histórico de manejo sustentável do território na Amazônia é o das reservas extrativistas dos seringueiros, liderada nos anos 1970 e 1980 pelo ativista ambiental Chico Mendes, assassinado por grandes fazendeiros da Amazônia. Os seringueiros — trabalhadores que durante o ciclo da borracha foram duramente explorados e depois abandonados à própria sorte no interior da floresta — mostraram que é possível respeitar os ritmos das árvores para extrair o látex e que o termo “extrativista” também pode denominar iniciativas sustentáveis.

A desinformação sobre os costumes e dinâmicas de vida dos povos da floresta cria o mito da Amazônia como uma terra desabitada que se repete sobre diferentes localidades afetadas por projetos extrativistas. Em *Amazônia Eterna* (2012), a geógrafa Bertha Becker afirma que devemos utilizar a linguagem econômica e atribuir um valor econômico para a floresta em pé, pois o valor da floresta derrubada já está estabelecido. Isso acaba se refletindo em um completo desconhecimento do modelo de economia, uso e ocupação do território baseado no respeito e em técnicas tradicionais de manejo sustentável que esses povos desenvolveram há milênios e que são sucumbidas pelas indústrias extrativas. O manejo florestal sustentável é uma prática milenar que pode ser reinterpretada como alternativa de resistência ao extrativismo, integrando práticas de pesca e uso da terra, por exemplo.

As práticas agroecológicas também são utilizadas como forma de resistência

no uso e ocupação dos territórios ameaçados pelo extrativismo predatório. No documentário *La Lucha Sigue* (2021) observamos as comunidades Lenca do Conselho Cívico de Organizações Populares e Indígenas de Honduras (COPINH) desenvolvendo projetos agroecológicos no território hondurenho como resposta ao avanço de projetos de monocultivo de palma, mineração e hidrelétricas em grande escala, e à crescente militarização decorrente dos mesmos.

### **b. Alternativas jurídicas e institucionais**

Em *Nove Águas* (2019), os mecanismos de autodeclaração e a importância da memória ancestral são apresentados como instrumentos de resistência. Apesar dos desafios da narrativa única de progresso, impostos por representantes de grandes empreendimentos extrativistas, apegar-se às raízes quilombolas mostra-se como uma fonte de vida para a luta contra as hidrelétricas

que ameaçam a expulsão de suas terras em Minas Gerais. Parte desse discurso de progresso inclui a negação da identidade indígena desses povos. O documentário *Histórias del Caucho en la Amazonía peruana* (2016) também reforça a importância do resgate cultural para fortalecer a resistência frente a projetos extrativistas.

As consultas públicas comunitárias também são um instrumento importante para manifestar a recusa a megaprojetos, respaldados pelo conceito de consentimento livre, prévio e informado, o *Free, Prior and Informed Consent* (FPIC). O povo maya na Guatemala tem sido pioneiro na organização dessas consultas e os documentários *Sipakapa no se vende* (2005) e *Minería y corrupción, el caso de San Rafael Las Flores* (2016), sobre empreendimentos mineradores de ouro e prata respectivamente, refletem essa tática. As consultas públicas são os principais instrumentos de luta das comunidades do entorno da mina El

Escobal, no município de San Rafael Las Flores, e têm permitido inclusive a abertura de casos judiciais contra essas empresas fora da Guatemala, neste caso, no Canadá (GRANOVSKY-LARSEN e SANTOS, 2021). Nessas consultas, formas inovadoras de construção de consenso de organizações políticas tradicionais — como o Parlamento Xinka — constituem uma poderosa ferramenta de resistência popular, suficientemente adaptável para se inserir no panorama constitucional. Outra tática que tem ganhado força é a de dotar a natureza e os territórios de direitos por vias jurídicas. As chamadas “constituições da natureza” são abordadas no filme *The Rights of Nature: A Global Movement* (2018). O filme nos traz exemplos contemporâneos de países como Equador, Bolívia e Nova Zelândia que lutam por um instrumento legal que outorgue direitos à Terra como uma alternativa institucional à exploração desenfreada do meio ambiente, visando um uso equilibrado dos recursos naturais. Ainda tratando de

vias legais, temos o ativismo local com os abaixo-assinados como uma tática para trazer à tona as problemáticas da extração nos países que abrigam projetos extrativistas, como observamos em *Fly me to the Moon* (2019) sobre a exploração de bauxita na Jamaica.

Considerando a escala nacional, em um nível mais estratégico que tático, as lutas por Estados plurinacionais, que ganharam força nos anos 1990 na América Latina. O filme *Allpamanta, Kawsaymanta, Katarishun / Por la Tierra, por la vida, levantémonos* (1992) representa essa luta no caso equatoriano, cujo processo constituinte de 2008 reconheceu o país como um estado plurinacional. A plurinacionalidade representa possibilidades de ruptura com a modernidade colonial referente às origens do Estado-Nação (PRÉCOMA *et al*, 2019), e nos casos latino-americanos isso pode representar um grande passo para os movimentos sociais indígenas multiétnicos que lutam por sua sobrevivência e pela defesa de seus



territórios.

O fortalecimento de órgãos de defesa, a intensificação da fiscalização de atividades como o garimpo ilegal e a disputa por espaços de representatividade no Estado, que respondam às demandas dos povos indígenas, também são alternativas que, sobretudo em tempos de covid-19, têm sido utilizadas por diversos movimentos sociais, como o Movimento Pela Soberania Popular da Mineração de Minas Gerais (RAQUEL, 2020). Apesar das diversas barreiras e tentativas de criminalização de associações indígenas e ONGS (CASTRO, 2021), essas instituições desempenham um papel importante em termos de aplicar pressões sobre o governo federal para gerir de forma responsável os territórios mais remotos e fragilizados da república.

### c. Corpos na rua

A presença física na frente de luta é uma tática de resistência fundamental para contrapor os projetos de morte

que ameaçam comunidades em todo o continente. As ocupações pacíficas nos sítios extrativos são exemplos clássicos, presentes em obras como *Titicaca, entre el oro y el Mercurio* (2017), em que ocupar o bosque e resistir à repressão policial na região da Renânia, Alemanha, encontram eco nas práticas de resistência na América Latina, como podemos observar no caso guatemalteco da mina de prata El Escobal (MINERÍA..., 2016). As cenas da ocupação e repressão policial enfrentadas pelos alemães na Renânia corroboram o caráter transnacional da nossa luta. No caso da Guatemala, a segurança privada da empresa mineradora canadense, com aquiescência do Estado guatemalteco, reprimiu violentamente os ocupantes deixando dezenas de feridos. Em determinada cena de *Titicaca, entre el oro y el mercurio* (2017), os alemães começam a cantar em espanhol “*el pueblo unido jamás será vencido*”, nos dando uma mostra de que juntos podemos nos defender melhor.

As marchas nacionais também são

táticas utilizadas para visibilizar a luta dos povos diretamente afetados por esses empreendimentos. Essas marchas têm origem nos arredores em territórios tradicionais invadidos por projetos extrativos, muitas vezes remotamente localizados, e têm como destino centros de poder, como palácios nacionais localizados nos principais centros urbanos do país. Como observamos em *Allpamanta* (1992) e *Laguna Negra* (2009), essas marchas manifestam o poder dos povos para proteger suas terras, defender a mãe Terra — ou Pachamama — unindo diferentes povos e articulando suas reivindicações, que têm como centro de gravidade tanto o campo como a cidade. Esses trajetos são repletos de dificuldades e ameaças, mas também de manifestações culturais que fortalecem a caminhada até alcançar seu objetivo.

Durante a pandemia, manifestações que envolvem aglomerações têm dividido opiniões entre membros da resistência, conforme afirma Leonela Panocca, ativista

peruana residente em Espinar, província fortemente impactada pela mineração e cuja resistência tem utilizado desde 2012 as marchas e a tomada das ruas como tática de luta (PANOCCA, 2021). A pandemia impõe uma necessidade de reinventar a metodologia da resistência, agregando cuidados que antes não eram necessários. Porém, é importante reconhecer que a luta pelo território não pode ocorrer apenas “virtualmente”, mas com uma presença física nos territórios ameaçados, de modo a confrontar empresas que, em muitos casos, seguem atuando apesar da pandemia.

A persistência de práticas espirituais tradicionais também caracteriza uma forma fundamental de resistência. Em *Laguna Negra* (2009), criamos o imaginário da lagoa como sendo um corpo d’água poluído e degradado pela mineração. Porém, o documentário nos surpreende, já que o papel da “*laguna curativa*” é fundamental para fortalecer a resistência, e é uma metáfora belíssima do papel central da natureza

na vida desses povos. Em tempos de pandemia, a valorização da medicina tradicional tem desempenhado um papel fundamental no cuidado da saúde de diversas comunidades indígenas. Algumas destas “estão utilizando remédios naturais e tradicionais dos seus territórios, demonstrando a força dos conhecimentos ancestrais e da etnobioidiversidade (...) para fortalecer os territórios de cuidado” (MONDARDO, 2020).

Na pandemia, em função da ausência de uma política de Estado eficiente para atingir todos os territórios tradicionais, o movimento indígena têm mantido barreiras sanitárias e grupos de vigilância para impedir a proliferação do vírus nas aldeias. “Agimos por conta porque nunca é pautado o movimento indígena, nunca é pautada a vida indígena, nunca é pautado o bem-viver que as comunidades indígenas sempre sonharam”, afirma Enock Taurepang, coordenador-geral do Conselho Indígena de Roraima (RAQUEL, 2020).

Além da covid-19, outras doenças (respiratórias, malária, câncer, entre outras) causadas pela contaminação atmosférica, dos solos e de corpos de água, bem como o desmatamento ocasionados por megaprojetos extrativistas (RAQUEL, 2020), representam uma ameaça constante e existencial a esses povos. O que motiva as comunidades a se mobilizarem mesmo em tempos de pandemia, mediante a possibilidade de se contagiar com o vírus, é a luta por suas vidas e territórios. A situação de emergência da pandemia recrudescer uma luta pela sobrevivência que já estava posta nos sítios de extração muito antes do coronavírus.

#### **d. Arte e cultura**

“A memória tem força para nos manter no presente” (ARPILLERAS..., 2017). É com essa frase que as *arpilleras* do Movimento das Atingidas por Barragens no Brasil são conectadas às mulheres que reclamam seus desaparecidos políticos no Chile. A ressignificação das memórias trágicas

que as barragens trouxeram a suas vidas e histórias é o tema de suas confecções e bordados, uma representação visual do luto. O uso das roupas dos maridos e entes queridos desaparecidos pela ditadura de Pinochet encontra eco nas mulheres que perderam pessoas queridas em decorrência das barragens, impregnando seu bordado e sua luta. Ao ressignificar essas memórias de perdas através do empreendedorismo, essas mulheres encontram no bordado uma fonte alternativa de renda e, principalmente, uma forma de render homenagem a seus mortos.

A arte, em suas diferentes formas, é uma fonte de elaboração de identidades, permitindo a assimilação dos significados de “ser da selva”, como nos mostra *Histórias del Caucho en la Amazonía peruana* (2016). Na obra vemos que a arte, particularmente as artes plásticas, tem o poder de gerar interesse e aceitação crescente do público, revelando uma “peruanidade” que resgata valores e histórias ancestrais daqueles que

sofreram muito com a exploração da borracha no Peru. A valorização da cultura ancestral corresponde a uma forma de protesto à invasão, exploração em massa dos recursos naturais e à consequente destruição das terras indígenas.

#### **e. Informação e libertação**

No filme *Histórias del Caucho en la Amazonía peruana* (2016) observamos alguns projetos educativos bilíngues, que visam resgatar a utilização de idiomas indígenas. A possibilidade de acesso à universidade por falar um idioma indígena, por exemplo, é ainda mostrada como uma forma de resistência por meio da educação. Durante a pandemia, uma iniciativa bastante simbólica da valorização dos idiomas indígenas para resistir à expansão do vírus foi a criação de uma cartilha na língua Guaraní com orientações de combate ao coronavírus (MONDARDO, 2020).

Ainda em termos educacionais, o filme *La Lucha Sigue* (2021) apresenta um projeto desenvolvido pelas comunidades

garífunas de Honduras para valorizar o conhecimento tradicional a partir de uma “universidade do côco”, que utilize a ciência ancestral para aproveitar esse fruto de diferentes formas — seja utilizando sua fibra em construções, seu óleo para produção de alimentos e cosméticos, seja explorando os benefícios da água de coco para a saúde, etc.

Outra tática que observamos é o uso de veículos de comunicação como rádios comunitárias, em que são transmitidas informações importantes sobre a situação desses projetos em termos operacionais, seus impactos para a comunidade e as respostas que a comunidade planeja apresentar frente ao avanço dos empreendimentos. Nos filmes *La Lucha Sigue* (2021), *Minería y Corrupción, el caso de San Rafael Las Flores* (2016) e *El mineral o la vida* (2015) observamos que as rádios comunitárias são um instrumento utilizado em diferentes territórios, nesse caso em Honduras, Guatemala e México respectivamente,

como meio de luta e resistência.

Por fim, o poder da arte aliado à informação é trazido à tona em *Killa* (2017), em que a personagem do fotojornalista detém uma potente (e arriscada) arma de denúncia através das fotos que pretende publicar sobre as infrações cometidas pelos representantes de um empreendimento mineiro. A produção audiovisual, tanto com fins de denúncia como de visibilização de lutas, é outra tática poderosa em favor da resistência, tanto como fonte de visibilidade como de inspiração para reflexões críticas como este artigo.

### **Considerações finais**

Nesse artigo buscamos compreender como diferentes projetos e manifestações das indústrias extrativas articulam-se com os novos desafios impostos pela pandemia do coronavírus a partir da análise de uma variedade de obras cinematográficas (Figura 1). Ao utilizar como principal referência um conjunto de documentários, concluímos

que os registros filmográficos podem representar poderosos instrumentos de análise dentro das investigações sociais, sobretudo mediante a impossibilidade de ir a campo em tempos de pandemia. Nossa análise se dividiu em três partes. Primeiro, vimos que a divisão tradicional entre países extrativistas e países industrializados não é consistente com o nível de internacionalização das cadeias de produção e consumo. Vimos ainda que o Estado não apoia incondicionalmente projetos extrativos, uma vez que este é capaz de retardar e até mesmo inviabilizar processos destrutivos aos povos e territórios. Segundo, observamos que a polarização campo-cidade como territórios afetados e beneficiados pelos processos extrativistas é problemática. Existe uma interconexão de ambos espaços no processo de urbanização e através da circulação de agentes entre esses espaços, extrativos e urbanizados, que ora se sobrepõem, ora se mesclam. Os impactos do extrativismo nos sítios extrativos se expandem para os territórios

urbanos através de deslocamentos forçados, crescimento intensificado das cidades, degradação ambiental e impactos sobre a saúde e a economia da população urbana. Finalmente, observamos que os projetos de morte apresentam diferentes dimensões — discursivas, de repressão física, jurídica, psicológica, entre outras —, assim como as respostas a esses projetos necessitam ser multidimensionais. Essas práticas (Figura 2) precisam estar orientadas por uma estratégia coerente, com um objetivo comum. Esta estratégia exige um sentido claro de interseccionalidade, isto é, perceber que essas lutas não são exclusivas dos povos indígenas e tradicionais imediatamente atingidos pelos empreendimentos extrativistas, mas envolvem a todos nós, assim como a pandemia tem nos ensinado.

A atuação em rede nacional e internacional de movimentos sociais que enfrentam desafios semelhantes é um elemento crucial abordado em obras como *Fly me to the Moon* (2019).

No filme, o nexu geopolítico do alumínio com a Guerra do Vietnã é alinhado com a história de resistência dos panteras negras e movimentos pelos direitos civis nos EUA. O filme estabelece um vínculo implícito entre a luta da população negra dentro do movimento pacifista e pelo direito à vida, e a luta no território das comunidades na Jamaica.

A promoção da 16ª edição do Acampamento Terra Livre *online* pela APIB é um exemplo contemporâneo de articulação nacional para resistir ao avanço da pandemia. O evento reuniu, além de organizações indígenas regionais e nacionais, diversos movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MTST), a organização não governamental Instituto Socioambiental (ISA), e a Federação das Organizações Sindicalistas Revolucionárias do Brasil (FOB), discutindo “formas de auto-organização articuladas com as ações de solidariedade, arrecadações, doação de alimentos orgânicos, cestas básicas, distribuição de materiais de higiene

para os povos indígenas” (MONDARDO, 2020). Esse tipo de iniciativa atribui um sentido interseccional à luta, já que, como vimos, os impactos das indústrias extrativas alcançam diferentes grupos sociais e territórios.

Destacamos o protagonismo das mulheres na luta contra o extrativismo, que em diferentes obras analisadas assumiram um papel vital na defesa de seus territórios e direitos. Elas se contrapõem à falsa ideia de progresso e igualdade de oportunidades dos empreendimentos extrativistas, que vem acentuando violências, conflitos sociais e perpetuando a violação de direitos humanos em territórios de extração, que afeta desproporcionalmente as mulheres (CABRERA, 2018). Vemos no filme *Arpilleras* (2017) como as mulheres afetadas por barragens agem como protagonistas na resignificação da perda através do bordado, símbolo artístico e de empreendedorismo. O filme *La Lucha Sigue* (2021) também demonstra o papel das mulheres na liderança da

resistência contra projetos extrativistas de grande escala. O protagonismo das mulheres representa uma ferramenta fundamental de resistência e possibilita uma articulação interseccional.

A análise da trajetória histórica do extrativismo na América Latina e Caribe através do olhar cinematográfico possibilita uma melhor compreensão dos impactos locais do extrativismo em espaços de extração e comercialização. Desde as articulações entre territórios a nível local, nacional, regional e transnacional, até as diversas formas de luta de povos indígenas e comunidades tradicionais, vemos como o extrativismo está presente em diferentes espaços, exigindo uma lógica relacional de gestão do território. Quando observamos os impactos da pandemia da covid-19 nestes territórios, notamos que é possível estabelecer pontos em comum entre ambos os processos, cuja reflexão é válida para fortalecer e ampliar o alcance das estratégias de resistência em curso desde muito antes da pandemia.

## REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. Extractivismo y neoextractivismo: dos caras de la misma maldición. **Ecoportal**, 25 de jul. de 2012, Disponível em: <[https://www.ecoportal.net/temas-especiales/mineria/extractivismo\\_y\\_neoextractivismo\\_dos\\_caras\\_de\\_la\\_misma\\_maldicion/](https://www.ecoportal.net/temas-especiales/mineria/extractivismo_y_neoextractivismo_dos_caras_de_la_misma_maldicion/)>. Acesso em: 10 de abr. de 2021.
- AGNEW, J. The Territorial Trap: The Geographical Assumptions of International Relations Theory. **Review of International Political Economy**, v. 1, n. 1, 1994, p. 53-80.
- AGNEW, J.; OSLENDER, U. Territorialidades superpuestas, soberanía en disputa: lecciones empíricas desde América Latina. **Tabula Rasa**, n.13, 2010, p. 191-213.
- AGUILAR-STOEN, M.; BULL, B. Protestas contra la minería en Guatemala. ¿Qué papel juegan las élites en el conflicto? **Anuario de Estudios Centroamericanos**, v. 42, n. 1, p. 15-44. Disponível em: <<https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/anuario/article/view/26932>>. Acesso em: 10 de abr. de 2021.
- ALIMONDA, H. (ed.) **La naturaleza colonizada. Ecología política y minería en América Latina**, Buenos Aires: CLACSO, 2011.
- ALLPAMANTA, Kawsaymanta, Katarishun / Por la Tierra, por la vida, levantémonos. Dirección: Alberto Muenala, Corporación Rupai, 1992, 45', Ecuador. Disponível em: <<https://www.facebook.com/1183683281699701/videos/644650809456859>>. Acesso em: 10 de abr. de 2021.
- AMAZÔNIA S/A (Sociedade Anônima). Roteiro, Produção e Direção: Estevão Ciavatta. Pindorama Filmes, Imazon, Canal Brasil e Coletivo Audiovisual Munduruku, 2015, 5 episódios, Brasil. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=b9Tko\\_q\\_QGM&list=PLFi\\_4S2Ue18Ji5W6NGhPgsgjDsxm9g\\_SP](https://www.youtube.com/watch?v=b9Tko_q_QGM&list=PLFi_4S2Ue18Ji5W6NGhPgsgjDsxm9g_SP)>. Acesso em: 10 de abr. de 2021.
- AMAZÔNIA Sociedade Anônima. Roteiro, Produção e Direção: Estevão Ciavatta. Produtor Associado: Walter Salles. Produção Executiva: Susana Campos. Pindorama Filmes, 2020, 71', Brasil. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/8708608/>>. Acesso em: 10 de abr. de 2021.
- ARPILLERAS: Atingidas Por Barragens Bordando a Resistência. Direção: Adriane Canan e Coletivo Mulheres do MAB. 2017, 97', Brasil. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PEu-AA-Tb3TU>>. Acesso em: 10 de abr. de 2021.
- BÁRCENA, A. Estado de situación de la minería en América Latina y el Caribe: desafíos y oportunidades para un desarrollo más sostenible. In: **Conferencia de Ministerios de Minería de las Américas**, IX, 2018, Lima-Peru. Disponível em: <[https://www.cepal.org/sites/default/files/presentation/files/181116\\_extendidafinalconferencia\\_a\\_los\\_ministros\\_mineria\\_lima.pdf](https://www.cepal.org/sites/default/files/presentation/files/181116_extendidafinalconferencia_a_los_ministros_mineria_lima.pdf)>. Acesso em: 11 de abr. de 2021.
- BARTRA, A. Campesindios. Aproximaciones a Los Campesinos de Un Continente Colonizado. **Boletín de Antropología Americana**, n. 44, 2008, pp. 5-24. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/41426470?seq=1>>. Acesso em: 10 de abr. de 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS): Guia de Vigilância do COVID-19. Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde, 2021. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 13 de abr. de 2021.
- BUSSO, M.; MESSINA, J (Eds.). La crisis de la desigualdad: América Latina y el Caribe en la encrucijada. **Banco Interamericano de Desarrollo**, 2020. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/publications/spanish/document/La-crisis-de-la-desigualdad-America-Latina-y-el-Caribe-en-la-encrucijada.pdf>>. Acesso em: 14 de abr. de 2021.
- CABRERA, P. Campos baldios: extrativismo e violências interseccionais. In: WOISCHNIK, J. (Ed) **Participação Política Feminina na América Latina**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2018, p. 161-175. Disponível em: <<http://clacaidigital.info/bitstream/handle/123456789/1337/Participacao%20pol.feminina%20na%20A.L..pdf?sequence=1>>. Acesso em: 14 de abr. de 2021.

quence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 de abr. de 2021.

CAJIGAS-ROTUNDO, J. C. La biocolonialidad del poder. Amazonía, biodiversidad y ecocapitalismo. In: CASTRO-GÓMEZ, S. e GROSGOUEL, R. (eds.) **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**, Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007, p. 169-193.

CASTRO, M. F. Terra Yanomami: “Famílias inteiras com covid onde o garimpo está fora de controle”. **Brasil de Fato**, Imperatriz (MA), 11 de fev. de 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/02/11/terra-yanomami-familias-inteiras-com-covid-onde-o-garimpo-esta-fora-de-controle>>. Acesso em: 10 de abr. de 2021.

CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe). **El impacto del COVID-19 en los pueblos indígenas de América Latina-Abya Yala: entre la invisibilización y la resistencia colectiva**. Santiago: Documentos de Proyectos, 2020.

\_\_\_\_\_. **Panorama Social de América Latina, 2020**. Santiago, 2021.

CONCHEIRO BÓRQUEZ, F. L. Exposição na mesa “Crisis y alternativas al modelo extractivista, desde el sur global: Decrecimiento y buen vivir”. In: COLÓQUIO EXTRACTIVISMO Y MODELOS DE DESARROLLO EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 2015, Medellín, Colômbia.

DA VEIGA, M. M.; SILVA, A. R. B.; HINTON, J. J. O garimpo de ouro na amazônia: aspectos tecnológicos, ambientais e sociais. In: TRINDADE, R.; BARBOSA, O. (Eds.) **Extração de ouro: princípios, tecnologia e meio ambiente**. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2002. p. 277-305. Disponível em: <<http://mineralis.cetem.gov.br/bitstream/cetem/1233/1/extracao-ouro%20cap.11.pdf>>. Acesso em: 11 de abr. de 2021.

DUNLAP, A.; JAKOBSEN, J. **The violent technologies of extraction. Political ecology, critical agrarian studies and the capitalist worldeater**. New York: Springer International Publishing, 2020.

EL MINERAL o la vida. Direção: José Luis

Matías Alonso, 2015, 35', México. Disponível em: <<https://www.arcoiris.tv/scheda/it/19842/>>. Acesso em: 10 de abr. de 2021.

FINLEY-BROOK, M. Extreme Energy Injustice and the Expansion of Capital. In: GRANOVSKY-LARSEN, S. e PALEY, D. **Organized Violence: Capitalist Warfare in Latin America**. Regina: University of Regina Press, 2019, p. 23-47.

FLY Me To The Moon: On Planet Earth Everything Is Connected. Direção: Esther Figueroa. Produção: Vagabond Media, 123', 2019, Jamaica. Acesso cedido pela realizadora.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. 48ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2008.

GAMA, A. Morre último indígena da etnia Juma em decorrência da covid-19. **UOL**, Recife (PE), 18 de fev. de 2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/02/18/ultimo-homem-indigena-da-etnia-juma-morre-covid-19.htm>>. Acesso em: 11 de abr. de 2021.

GARCIA, M. Garimpo ilegal faz mortes por Covid-19 dispararem em terras indígenas. **Observatório do Terceiro Setor**, 19 de nov. de 2020. Disponível em: <<https://observatorio3setor.org.br/noticias/garimpo-ilegal-faz-mortes-por-covid-19-dispararem-em-terras-indigenas/>>. Acesso em: 10 de abr. de 2021.

GONZÁLEZ, E.; HARRISON, C.; HOPKINS, K.; HORWITZ, L.; NAGOVITCH, P.; SONNENLAND, H. K.; ZISSIS, C. El coronavirus en América Latina. **Americas Society/Council of the Americas**, 10 de fev. de 2021. Disponível em: <<https://www.as-coa.org/articles/el-coronavirus-en-america-latina>>. Acesso em: 14 de abr. de 2021.

GRANOVSKY-LARSEN, S.; SANTOS, L. From the war on terror to a war on territory: corporate counterinsurgency at the Escobal mine and the Dakota Access Pipeline. **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies / Revue canadienne des études latino-américaines et caraïbes**, v. 46, n. 1, 2021, p. 121-145, Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/08263663.2021.1855892>>.

Acesso em: 10 de abr. de 2021.

GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. In: ACOSTA, A. *et al.* **Extractivismo, política y sociedad**. Quito: caap / claes, 2009, p. 187-225. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/326671445\\_Diez\\_tesis\\_urgentes\\_sobre\\_el\\_nuevo\\_extractivismo\\_Contextos\\_y\\_demandas\\_bajo\\_el\\_progresismo\\_sudamericano\\_actual](https://www.researchgate.net/publication/326671445_Diez_tesis_urgentes_sobre_el_nuevo_extractivismo_Contextos_y_demandas_bajo_el_progresismo_sudamericano_actual)>. Acesso em: 10 de abr. de 2021.

HISTORIAS del caucho en la Amazonía peruana. Dirección e produção: Wilton Martínez e Centro de Antropología Visual del Perú (CAVP), 2016, 70', Peru.

ISA (Instituto Socioambiental). Covid-19 e os povos indígenas. Disponível em: <<https://covid19.socioambiental.org/>>. Acesso em: 11 de abr. de 2021.

JOHNS HOPKINS CORONAVIRUS RESOURCE INSTITUTE. "Animated Maps", 2021. Disponível em: <<https://coronavirus.jhu.edu/data/animated-world-map>>. Acesso em: 13 de abr. de 2021.

KILLA. Dirección: Alberto Muenala. Produção: Humberto Morales. Fotografia: Guillermo Ruiz. Dirección de arte: Daniela Sánchez. Montagem: Frida Manuela e Tato Leon. Corporación Rupai, 2017, 61', Equador. Disponível em: <<https://zine.ec/movie/killla/>>. Acesso em: 10 de abr. de 2021.

LA LUCHA Sigue. Dirección: Sam Vinard. Produção e Segunda Cinematógrafa: Melissa Cox. Edição: Frank López. Cinematógrafo Principal e Colorista: Ignacio Miguel Ortiz. Sonoplastia: Jeff Fuller. Mutual Aid Media, 2021, Honduras.

LAGUNA Negra. Dirección, cinematografía e edição: Michael Watts, 2009, 23', Peru. Disponível em: <<https://vimeo.com/6942613>>. Acesso em: 10 de abr. de 2021.

LAS RUTAS del oro ilegal. Dirección: Audrey Córdova. Edição e Pós-produção: Antonio Soto. Roteiro: Audrey Córdova e Antonio Soto. Produção: Sociedad Peruana de Derecho Ambiental (SPDA) y International Union for Conservation of Nature (IUCN), 2015, 29', Peru. Disponível

em: <<https://vimeo.com/151538843>>. Acesso em: 10 de abr. de 2021.

MACHADO ARAÓZ, H., Ecología política del "extractivismo", Clase Nº10 **Curso Ecología Política Latinoamericana**, Buenos Aires: Campus CLACSO Mimeo. 2015.

MARTÍN, F. Extractivismo y espacialidad en Latinoamérica. Reflexiones desde la teoría espacial crítica. In: **Tensiones (Pos) Identitarias, Desarrollo y Derechos Procesos De (Des)(Re)Territorialización en América Latina**. Córdoba-Buenos Aires: CLACSO, 2017, p. 13-26. Disponível em: <[http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20171018104705/Tensiones\\_post\\_identitarias.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20171018104705/Tensiones_post_identitarias.pdf)>. Acesso em: 10 de abr. de 2021.

MAYER, M. To What End Do We Theorize Sociospatial Relations? **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 26, n. 3, 2008, p. 414-19.

MEZZADRA, S.; GAGO, V. Para una crítica de las operaciones extractivas del capital. Patrón de acumulación y luchas sociales en el tiempo de la financiarización. **Re-**

**vista Nueva Sociedad**, n. 255, enero-febrero de 2015, p. 38-52. Disponível em: <[https://static.nuso.org/media/articles/downloads/4091\\_1.pdf](https://static.nuso.org/media/articles/downloads/4091_1.pdf)>. Acesso em: 10 de abr. de 2021.

MINERÍA y corrupción, el caso de San Rafael Las Flores. Dirección: Colectivo Ecológico Madre Tierra, 2016, 27', Guatemala. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9dmp8Ddg2el>>. Acesso em: 10 de abr. de 2021.

MIRANDA, M. Panel de La Lucha Sigue. In: FESTIVAL DE CINE GRATUITO: CONSTRUYENDO MOVIMIENTOS EN DEFENSA DE LA VIDA, Mutual Aid Media. 20 de Mar. de 2021.

MONDARDO, M. Povos indígenas e comunidades tradicionais em tempos de pandemia da Covid-19 no Brasil: estratégias de luta e r-existência. **Revista Portuguesa de Geografia**, v. 55 n. 115 (Número especial: COVID-19), p. 81-88, 2020. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/20364>>. Acesso em: 11 de abr. de 2021.

NOVE Águas. Dirección: Gabriel Martins e

Quilombo dos Marques. Roteiro Quilombo dos Marques, 2019, 25', Brasil. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=EV0wt2\\_Tbgk&t=1265s](https://www.youtube.com/watch?v=EV0wt2_Tbgk&t=1265s)>. Acesso em: 10 de abr. de 2021.

PANOCCA, L. **Draining Latin America: Extractivism and Mining**, UBC Climate Hub e Youth4Climate, 11 de Mar. de 2021.

PORTO GONÇALVES, C. W. Pela Vida, pela Dignidade e pelo Território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/Abya Yala/Quilombola. **Revista de la Universidad Bolivariana**, v. 14, n. 41, 2015, p. 237-251. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/305/30541588017.pdf>>. Acesso em: 10 de abr. de 2021.

PRÉCOMA, A. A.; FERREIRA, H. S.; PORTANOVA, R. S. A plurinacionalidade na Bolívia e no Equador: superação dos estados coloniais. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 9, n. 2, Oct. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.5102/rbpp.v9i2.6061>>. Acesso em: 10 de abr. de 2021.

RAQUEL, M. Garimpo gera problemas sanitários, ambientais e culturais em terras indígenas. **Brasil de Fato**, Salvador (BA), 31 de jul. de 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/07/31/garimpo-gera-problemas-sanitarios-ambientais-e-culturais-em-terras-indigenas>>. Acesso em: 10 de abr. de 2021.

SCHEIDEL, A.; DEL BENE, D; LIU, J.; NAVAS, G.; MINGORRÍA, S.; DEMARIA, F.; AVILA, S.; et al. Environmental conflicts and defenders: a global overview. **Global Environmental Change**, v. 63, p. 102-114, 2020. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959378020301424>>. Acesso em: 11 de abr. de 2021.

SERRAS da Desordem. Direção: Andrea Tonacci. Roteiro: Aloysio Raulino, Alziro Barbosa e Fernando Coster. Usina Digital, 2006, 135', Brasil. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IAK4sPeShx4>>. Acesso em: 11 de abr. de 2021.

SIPAKAPA no se vende. Direção e Ro-

teiro: Álvaro Revenga. Produção: Álvaro Revenga y Nora Murillo. Edição: Álvaro Revenga, Nora Murillo. Sonoplastia: Ladan Mehranvar. Pós-produção: Manuel Coguox. Caracol Producciones, 2005, 56', Guatemala. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qfHDgWnBC5>>. Acesso em: 10 de abr. de 2021.

SOJA, E. **Seeking Social Justice**. Minneapolis, Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.

STEFANO, D.; MENDONÇA, M. **Direitos Humanos no Brasil 2020: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**. São Paulo: Outras expressões, 2020. Disponível em: <[https://www.social.org.br/files/pdf/relatorio\\_2020.pdf](https://www.social.org.br/files/pdf/relatorio_2020.pdf)>. Acesso em: 11 de abr. de 2021.

SUDRÉ, L. Plano de mineração de Bolsonaro ameaça indígenas e fragiliza leis, dizem organizações. **Brasil de Fato**, São Paulo (SP), 01 de out. de 2020a. Disponível em: <[liza-leis-dizem-organizacoes>. Acesso em: 10 de abr. de 2021.](https://www.brasildefato.com.br/2020/10/01/plano-de-mineracao-de-bolsonaro-ameaca-indigenas-e-fragi-</a></p></div><div data-bbox=)

\_\_\_\_\_. "Projeto de morte", diz Apib sobre PL que autoriza mineração em terras indígenas. **Brasil de Fato**, São Paulo (SP), 07 de fev. de 2020b. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/02/07/projeto-de-morte-diz-apib-sobre-pl-que-autoriza-mineracao-em-terras-indigenas>>. Acesso em: 10 de abr. de 2021.

SVAMPA, M. Consenso de los Commodities, Giro Ecoterritorial y Pensamiento crítico en América Latina. **Revista OSAL Observatorio Social de América Latina**, 2012, v. XIII, n. 32. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20120927103642/OSAL32.pdf>>. Acesso em: 10 de abr. de 2021.

THE RIGHTS of Nature: a Global Movement. Direção: Maria Valeria Berros, Issac Goeckeritz, María Valeria Berros, Hal Crimmel. Roteiro: Produção: Issac Goeckeritz, Hal Crimmel, 2018, 52', EUA. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kuFNmH7IVTA>>. Acesso



em: 10 de abr. de 2021.

TITICACA entre el oro y el mercurio. Dirección: Heeder Soto. Produção: Saywa Films. 2017, 82', Peru e Alemanha. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RqYdHENX6fA>>. Acesso em: 10 de abr. de 2021.

VALENCIA, L. **Las rutas del oro ilegal: estudios de caso en cinco países amazónicos**. Lima: SPDA, 2015.

VICK, M. A nova regra que abre brecha para exploração em terras indígenas. **Nexo Jornal**, 27 de fev. de 2021. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/02/27/A-nova-regra-que-abre-brecha-para-explora%C3%A7%C3%A3o-em-terras-ind%C3%ADgenas>>. Acesso em: 10 de abr. de 2021.

\_\_\_\_\_. Os desafios da vacinação de indígenas contra a covid-19. **Nexo Jornal**, 05 de fev de 2021. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/02/05/Os-desafios-da-vacina%C3%A7%C3%A3o-de-ind%C3%ADgenas-contra-a-covid-19>>. Acesso em:

10 de abr. de 2021.

VOZ DE AMÉRICA. América Latina y el Caribe: con más muertes por COVID-19 después de Europa. **Voz de América**, 05 de fev. de 2021. Disponível em: <<https://www.vozdeamerica.com/america-latina/america-latina-caribe-segunda-region-mundo-muertes-COVID19>>. Acesso em: 14 de abr. de 2021.

YBARRA, M. **Green Wars: Conservation and Decolonization in the Maya Forest**. Berkeley: University of California Press, 2017.